

1. Contexto operacional

A Santa Helena Energia S.A. (“Companhia”), é uma Companhia por ações de capital fechado, constituída em 17 de maio de 2010, localizada na Rodovia GO-325, KM 16, à direita 4 KM, Rancho Ypê, Município de Santa Helena de Goiás, Estado de Goiás e tem como objetivo a implantação e operação da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH YPÊ.

Em 06 de fevereiro de 2014, foi outorgada a Portaria n.º 46, pelo Ministério de Minas e Energia, para exploração do potencial hidráulico na modalidade de produtor independente de energia, pelo prazo de 35 anos. A Companhia tem capacidade instalada de 30 MW, e tem 86,53% de sua garantia física comercializada no ambiente regulado - ACR, por meio do 16º Leilão de Energia Nova, realizado em 29 de agosto de 2013 e o restante, 13,47% de sua garantia física são liquidados no ambiente de comercialização livre - ACL.

A PCH YPÊ possui três Unidades Geradoras de 9,133MW e uma de 2,6MW. As Unidades geradoras de 9,133MW obtiveram seu despacho de operação comercial em 02 janeiro de 2018 e a Unidade Geradora de 2,6MW teve sua autorização para operar comercialmente em 16 de março de 2018.

No exercício de 2025, a usina apresentou 100% de disponibilidade operacional, não havendo restrições significativas à capacidade produtiva. Entretanto, em função de condições hidrológicas desfavoráveis ao longo do período, a vazão afluente registrada correspondeu a aproximadamente 50% da média histórica, resultando em geração equivalente a 63% da garantia física da usina.

As atividades de manutenção representaram 16% do tempo total de operação para intervenções preventivas e 0,25% para manutenções corretivas, refletindo elevado nível de confiabilidade e eficiência operacional dos equipamentos e sistemas eletromecânicos.

No que se refere ao mercado de energia, a Companhia comercializou, em média, 16,7 MW no Ambiente de Contratação Regulada (ACR) e 2,60 MW no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ao longo do exercício. No âmbito das operações de curto prazo, foi negociado um montante médio de 1,59 MW, valorado ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) acrescido de spread, enquanto os demais volumes foram comercializados por meio de contratos bilaterais firmados com agentes do setor.

1.1. Continuidade operacional

A Administração entende que não existe risco de continuidade operacional, visto que o fluxo de suas receitas é estável e conhecido a partir da comercialização da energia, sendo suficiente para liquidar as obrigações de curto prazo da Companhia.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

Portanto a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando em um futuro previsível e concluiu que tem a capacidade de manter suas operações e sistemas funcionando normalmente. Assim, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e as demonstrações contábeis foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

A aprovação da Administração para conclusão e emissão das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 ocorreu no dia 30 de março de 2026.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

Base de preparação

i. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições da lei das Sociedades por Ações, considerando as alterações introduzidas pelas Leis nºs 11.638/07 e 11.941/09 e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos contábeis (CPC), pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

ii. Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

iii. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos.

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados e intangíveis, provisão para créditos duvidosos, Imposto de Renda e provisão para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As principais premissas da Companhia relativas às fontes de incerteza, em virtude das quais estimativas futuras podem resultar em valores diferentes após a liquidação são apresentadas a seguir:

- Nota Explicativa nº 10 - vida útil e *impairment* do ativo imobilizado; e
- Nota Explicativa nº 20 - valor justo de Instrumentos financeiros.

iv. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações contábeis foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3. Resumo das principais políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

a) Apuração do resultado

O resultado das operações (receitas, custos e despesas) é apurado em conformidade com o regime contábil de competência dos exercícios.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)**

A receita é mensurada com a base no valor justo de contraprestação recebida, excluindo impostos ou encargos sobre a venda ou prestação de serviço. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento da receita.

Reconhecimento de receita

A receita deve representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços à clientes de maneira a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços. A norma introduz um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumpri as obrigações de desempenho.

Pelos novos requerimentos do CPC 47, a receita somente pode ser reconhecida quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação são efetivamente transferidos ao cliente. A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia assegurada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

i) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

ii) Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas e despesas operacionais são reconhecidas na demonstração do resultado pelo regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

c) Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

i) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

- For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo;
- No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados que a Companhia administra em conjunto e possui um padrão real recente de obtenção de lucros em curto prazo.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado.

ii) Custo amortizado

Custo amortizado são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os custos amortizados (inclusive valores a receber de clientes) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

iii) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de não ser possível recuperá-lo.

Em 2025 e 2024, o montante da perda por *impairment* foi mensurado pelo método Valor Justo Líquido de despesa de venda. O Valor Justo Líquido de despesa de venda corresponde ao montante a ser obtido pela venda de um ativo imobilizado deduzido das despesas estimadas de venda.

iv) Não reconhecimento/(baixa) de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro, apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transfere o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra Companhia. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado. As transferências de ativos (cessão de crédito) são efetuadas, principalmente para partes relacionadas.

d) Passivos financeiros

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou pelo valor de custo amortizado, empréstimos e financiamentos, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

i) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

ii) Não reconhecimento/(baixa) de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecidos na demonstração do resultado.

e) Arrendamentos

O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A nova norma substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 - Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 - Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A Administração avaliou que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, e não teve impacto em suas demonstrações contábeis.

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos celebrados antes de 1º de janeiro de 2019 que foram identificados como arrendamentos de acordo com o CPC 06 (R2);
- ii) Contratos de curto prazo ou com prazo remanescente em 1º de janeiro de 2019 igual ou inferior a 12 meses: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a estes arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo destes;
- iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes são de baixo valor: a Companhia reconheceu os pagamentos de arrendamentos associados a esses arrendamentos como despesas em base linear ao longo do prazo do arrendamento; e
- iv) Aplicou taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Adicionalmente, a Companhia é parte em determinados contratos com prazos indeterminados. Considerando que tanto o locador quanto o locatário têm o direito de cancelar o contrato a qualquer momento, com multa insignificante quando houver, a Companhia entende que tais contratos estão fora do alcance do pronunciamento CPC 06 (R2), fazendo com que os pagamentos sejam reconhecidos como despesas operacionais, quando ocorrerem.

f) Imobilizado

i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando necessário.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição do ativo.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e têm seu valor líquido registrado no resultado como outras receitas.

ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados, quando aplicável, apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

iii) Depreciação

Ativos imobilizados são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada, mas não pela redução ao valor recuperável. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos.

Reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando forem prováveis que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança.

O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

g) Intangível

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e testados sempre que houver indicação de perda de valor recuperável. O período e o método de amortização de ativos intangíveis com vida definida são revistos no mínimo no final de cada exercício. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas devido a mudanças no período ou método de amortização, sendo tratadas como mudanças nas estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com o uso dos ativos intangíveis.

Ativos intangíveis basicamente compreendem software.

h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor de seus ativos tangíveis e intangíveis, para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver, conforme critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos and IAS 36 - *Impairment of Assets*. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

i) Mecanismo de Realocação de Energia (MRE)

A Companhia fez a opção para participar do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), tendo, portanto, compartilhado o risco hidrológico com as demais usinas participantes deste mecanismo. As contabilizações do MRE são realizadas mensalmente pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

j) Repactuação Risco Hidrológico

O governo sancionou a Lei nº 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa nº 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu a repactuação do risco hidrológico, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100).

k) Licenciamento ambiental

As licenças ambientais da Usina da Companhia estão todas válidas. Os programas básicos ambientais estão em linha com os seus cronogramas de execução e atendendo as condicionantes ambientais de suas licenças.

l) Provisões

Provisões são registradas quando a Companhia tem uma obrigação legal ou implícita perante terceiros decorrente de um evento passado, e esta obrigação pode ser estimada de maneira confiável, e quando é provável que uma saída de recursos representando benefícios econômicos será exigida na sua liquidação. Provisões são registradas de maneira a refletir as melhores estimativas de valores exigidos para liquidar a obrigação ao final de cada período, considerando os riscos e incertezas relativos à obrigação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidá-los, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de maneira confiável.

i) Provisão para contingências

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de tributos que reflita as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação.

Quando o resultado das perdas for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os passivos relacionados no período em que o valor definitivo for determinado.

m) Tributação

Regime de tributação - Lucro Presumido

A Companhia optou pelo regime de tributação Lucro Presumido nos anos de 2025 e 2024. Em 2023 o regime tributário era Lucro Real sendo calculado o imposto de renda com a alíquota de 15% sobre o lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social, com adicional de 10% sobre a base de cálculo mensal que exceder R\$ 20.000,00. A contribuição social foi calculada com a alíquota de 9% sobre o lucro aferido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social.

n) Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Exceto quanto ao Imposto de Renda diferido, os demais ativos e passivos são classificados como circulante quando sua realização ou liquidação for provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

o) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Para as seguintes normas ou alterações a Administração ainda não determinou se haverá impactos significativos nas demonstrações contábeis da Empresa, a saber:

a) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - classificação e mensuração de instrumentos financeiros e contratos que fazem referência à eletricidade dependente da natureza - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

b) Alterações na IFRS 7/CPC 40 (R1) e IFRS 9/CPC 48 - podem afetar significativamente como as entidades contabilizam o desreconhecimento de passivos financeiros e como os ativos financeiros são classificados quando estes utilizam sistemas de transferência eletrônica para liquidação - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

c) Melhorias anuais nas Normas Contábeis IFRS - Volume 11 - Alterações à IFRS 1 Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, IFRS 9 Instrumentos Financeiros, IFRS 10 Demonstrações Consolidadas e IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa. Essas melhorias não criam novas normas, mas aprimoram a coerência e aplicação prática das normas existentes - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2026;

d) IFRS 18 Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras. A nova norma, que foi emitida pelo IASB em abril de 2024, substitui a IAS 1/CPC 26 R1 e resultará em grandes alterações às Normas Contábeis IFRS, incluindo a IAS 8 Base de Preparação de Demonstrações Financeiras (renomeada de Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Erros). Embora a IFRS 18 não tenha qualquer efeito sobre o reconhecimento e a mensuração de itens nas demonstrações contábeis consolidadas, espera-se que tenha um efeito significativo na apresentação e divulgação de determinados itens. Essas mudanças incluem categorização e subtotais na demonstração do resultado, agregação/desagregação e rotulagem de informações e divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração. Uma norma correlata ainda não foi emitida no Brasil - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027; e

e) Alterações na IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - permite que as subsidiárias elegíveis apliquem as Normas Contábeis em IFRS com os requisitos de divulgação reduzidos da IFRS 19 - efetiva para períodos iniciados em ou após 01/01/2027;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações contábeis da Empresa.

a) Exemplos ilustrativos para divulgação nas demonstrações contábeis sobre incerteza relacionadas ao clima

Durante novembro de 2025, o Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade (IASB) publicou exemplos ilustrativos de divulgação sobre incertezas relacionadas ao clima. Como esses exemplos ilustrativos acompanham materiais para as Normas Contábeis IFRS, esses exemplos não têm data de vigência. No entanto, espera-se que as entidades as implementem em tempo hábil.

A Companhia não adotou antecipadamente as IFRS S1 - Requisitos gerais para divulgação de dados financeiros relacionados a sustentabilidade e IFRS S2 - Divulgações Relacionadas ao clima, obrigatórias para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com isso os exemplos ilustrativos trazidos pelo IASB não impactaram estas Demonstrações Contábeis.

p) Reforma tributária

Reforma tributária do consumo (LC 214/25):

A Emenda Constitucional nº 132/2023, promulgada em 20 de dezembro de 2023, promoveu a reforma do sistema de tributação sobre o consumo no Brasil, conhecida como “Reforma Tributária”. O novo sistema composto por dois tributos (IVA Dual) sucederá cinco tributos atuais.

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar (LC) nº 214/2025, que regulamentou e operacionalizou os novos tributos sobre o consumo, notadamente o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), detalhando fatos geradores, bases de cálculo, regimes e governança (inclusive o Comitê Gestor do IBS).

Principais Substitutos e Mudanças:

- Imposto Seletivo (IS): Substitui o IPI como principal imposto sobre produtos industrializados, mas com foco em desestimular o consumo de itens prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (cigarros, bebidas alcoólicas, carros poluentes);
- CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços): Imposto federal que unifica PIS, COFINS e parte do IPI, dentro do novo IVA (Imposto sobre Valor Agregado) dual;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- IBS (Imposto sobre Bens e Serviços): Imposto estadual e municipal que substitui ICMS e ISS, formando a outra parte do IVA dual; e
- Manutenção Restrita do IPI: O IPI não será totalmente extinto, continuando a incidir de forma restrita sobre produtos industrializados na Zona Franca de Manaus.

A Companhia avaliou os possíveis impactos da Reforma Tributária do Consumo para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas premissas para realização de ativos e ativo fiscal diferido, pois não foram identificados efeitos significativos estimativa de formação de receita líquida e lucros futuros no período de transição e no período de vigência integral do novo modelo.

Redução de incentivos e benefícios fiscais e aumento da carga tributária (LC n° 224/25)

A Lei Complementar n° 224/25, de 26 de dezembro de 2025, dispõe sobre a redução e critérios de concessão de incentivos e benefícios de natureza tributária, financeira ou creditícia, concedidos exclusivamente pela União Federal (IRPJ, CSSL, Pis/Pasep, COFINS, IPI e II), além de estabelecer regras de responsabilidade solidária no recolhimento de tributos sobre apostas de quota fixa (Bets), sendo os seus principais pontos:

- Redução linear de 10% dos benefícios fiscais;
- Alteração nas tributações de Fintechs, Juros sobre Capital Próprio e Bets;
- Critérios mais restritivos para concessão, ampliação e prorrogação de benefícios e incentivos.

A Companhia avaliou os possíveis impactos da LC 224/25 para a data-base de 31 de dezembro de 2025 e não identificou impactos nas suas premissas para realização de ativos, ativo fiscal diferido, pois não foram identificados efeitos significativos estimativa de formação de receita líquida e lucros futuros no período de transição e no período de vigência integral do novo modelo.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Caixa e Banco Conta Movimento	903	203
Aplicações financeiras	23.369	14.053
	<u>24.272</u>	<u>14.256</u>

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

Composto por caixa, contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata dentro de três meses ou menos e com risco imaterial de mudança em seu valor de mercado. Investimentos de curto prazo referem-se a operações de fundo de investimento, no caso cotas de fundo de investimento, não exclusivas vinculadas a operações de valores mobiliários e financeiras com variação mensal indexada a Certificado de Depósito Interbancário (CDI), com o objetivo de retornar à rentabilidade que varia de 96% a 110% do CDI. Esses investimentos são classificados como disponíveis para venda e são mensurados pelo seu valor justo por meio do resultado.

5. Contas a receber de clientes

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Clientes Mercado interno	4.263	4.402
Clientes Mercado interno - Partes relacionadas	-	141
	<u>4.263</u>	<u>4.543</u>

O saldo do contas a receber por vencimento em 31 de dezembro de 2025 e 2024 é o seguinte:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
A vencer		
Até 30 dias	3.243	3.086
De 31 a 90 dias	1.020	903
	<u>4.263</u>	<u>4.543</u>

Refere-se ao valor de venda da energia gerada pela Companhia, líquido dos respectivos impostos retidos na fonte. Quando aplicável, a Companhia constitui provisão para perdas esperadas e com base na sua política interna.

6. Impostos e tributos a recuperar

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	44
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	186	174
	<u>186</u>	<u>218</u>

7. Outros ativos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Adiantamentos a fornecedores	2	233
Seguros	437	167
Outros	6	2
	<u>445</u>	<u>402</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

8. Imposto de Renda e Contribuição Social

a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são calculados sobre as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações contábeis e sobre prejuízo fiscal e base negativa de Contribuição Social. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o Imposto de Renda e de 9% para a Contribuição Social.

A composição da conta de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é a seguinte:

	2025	2024
Prejuízo fiscal	623	623
	<u>623</u>	<u>623</u>

A movimentação de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos é a seguinte:

	2025	2024
Saldos no início do exercício	623	623
Constituição	-	-
Reversão	-	-
Saldos ao final do exercício	<u>623</u>	<u>623</u>

b) Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Lucro Presumido

Descrição	Alíquota	2025	2024
Lucro Presumido IRPJ	8%	3.498	3.390
Receitas financeiras	100%	3.231	2.912
Base de cálculo para o imposto de renda		<u>6.729</u>	<u>6.302</u>
Imposto de Renda	15%	1.009	945
Adicional do Imposto de renda (acima de 240 mil)	10%	649	606
Imposto de renda		<u>1.662</u>	<u>1.551</u>
Lucro Presumido CSLL	12%	5.247	5.085
Receitas financeiras	100%	3.231	2.912
Base de cálculo para contribuição social		<u>8.478</u>	<u>7.997</u>
Contribuição Social	9%	764	720
Total do Imposto de renda e da contribuição social		<u>2.426</u>	<u>2.271</u>

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

9. Contas em garantia e vinculadas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Aplicações financeiras em garantia - retido em banco	3.684	3.645
	<u>3.684</u>	<u>3.645</u>

Aplicações financeiras em fundos DI cedidos em garantia ao financiamento de longo prazo (BNDES) via uma conta *escrow* controlada pelo administrador Banco Santander (Brasil) S.A.

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

10. Imobilizado

Custo do imobilizado bruto	Móveis e Utensílios	Obras em andamento	Terrenos	Reservatórios, barragens e	Edificações e obras civis	Veículos
Saldo em 31/12/2023	1.340	48	13.781	96.844	35.694	2
Adições	-	574	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	(2)
Transferências	-	(574)	-	574	-	-
Saldo em 31/12/2024	1.340	48	13.781	97.418	35.694	3
Adições	-	303	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	(350)	-	215	-	13
Saldo em 31/12/2025	1.340	1	13.781	97.633	35.694	17
Depreciação acumulada						
Saldo em 31/12/2023	(158)	-	-	(12.396)	(6.489)	-
Adições	(90)	-	-	(2.164)	(1.084)	-
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2024	(248)	-	-	(14.560)	(7.573)	-
Adições	(90)	-	-	(2.173)	(1.084)	(
Baixas	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2025	(338)	-	-	(16.733)	(8.657)	(
Saldo Líquido em 31/12/2023	1.182	48	13.781	84.448	29.205	2
Saldo Líquido em 31/12/2024	1.092	48	13.781	82.858	28.121	3
Saldo Líquido em 31/12/2025	1.002	1	13.781	80.900	27.037	16

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

a) **Revisão da vida útil dos bens do ativo imobilizado**

A Companhia determina a vida útil com base no manual de controle patrimonial do setor elétrico (CPSE”) conforme Resolução Normativa nº 674/2015 da ANEEL.

b) **Redução ao valor recuperável de ativos**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia avaliou e não identificou indicativos de desvalorização de seus ativos, não identificando necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, ativos recém adquiridos/construídos dentre outros.

11. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de mercadorias e serviços, sem a incidência de encargos financeiros:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Fornecedores - mercado interno	954	1.399
Fornecedores - partes relacionadas	122	166
	<u>1.076</u>	<u>1.565</u>

12. Empréstimos e financiamentos

<u>Modalidade</u>	<u>Taxa Pactuada</u>	<u>2024</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>2025</u>
BNDES (Santander)	2,65% a.a. + TJLP	89.321	(4.491)	84.829
Circulante		6.900		7.610
Não circulante		82.421		77.219
		<u>89.321</u>		<u>84.829</u>

As parcelas no passivo não circulante têm o seguinte cronograma de pagamento:

<u>Ano de vencimento</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
2025	6.900	6.900
2026	6.900	6.900
2027	6.900	6.900
A partir de 2028	56.519	61.721
	<u>77.219</u>	<u>82.421</u>

Operação com o BNDES

Em 20 de dezembro de 2016, foram firmados entre Santa Helena Energia S.A. e o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) contrato de financiamento, mediante abertura de crédito e de cessão fiduciária de direitos creditórios nº 16.2.0698-1 no montante de R\$ 113.565 com o propósito de:

- **Subcrédito "A"**: destinado à implantação da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Ypê, com capacidade instalada de 30MW, localizada nos municípios de Santa Helena de Goiás e Tuverlândia, no Estado de Goiás, e do sistema de transmissão e conexão associado. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 86.007, sendo R\$ 311 referente a correção;
- **Subcrédito "B"**: destinado à aquisição dos equipamentos necessários à execução da PCH Ypê. O montante total do repasse foi no valor de R\$ 27.304;
- **Subcrédito "C"**: destinado a investimentos sociais, no âmbito da comunidade, diversos dos estipulados no processo de licenciamento ambiental para a implantação da PCH Ypê. Montante a ser liberado de R\$ 565.

Em 15 de dezembro de 2017, o contrato foi aditado mantendo o montante de R\$ 113.565 com o remanejamento no Subcrédito "B" para o Subcrédito "A" no valor de R\$ 17.066, com isso o Subcrédito "A" assume o novo valor de R\$ 85.696 (anterior R\$ 68.630) e o Subcrédito "B" o novo valor de R\$ 27.304 (anterior R\$ 44.370).

Em 02 de abril de 2024, houve novo aditamento do contrato com alteração das Cláusulas Nona, Décima, Décima Segunda, Décima Terceira e Décima Oitava do CONTRATO, bem como excluir o Anexo II.

a) Cláusulas restritivas - "covenants"

As principais garantias e cláusulas restritivas desses contratos de financiamento com o BNDES são:

- i. a BENEFCIÁRIA, obriga-se a ceder fiduciariamente ao BNDES, nos termos do § 3º do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14.07.65, na forma do

"Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, Administração de Contas e Outras Avenças", a ser celebrado, os direitos de que é titular, decorrentes: (...) c) dos direitos sobre a "Conta Centralizadora" e sobre a "Conta Reserva do Serviço da Dívida", de titularidade da BENEFCIÁRIA, inclusive os créditos que venham a ser nelas depositados, até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

- ii. Cessão fiduciária dos direitos dos contratos de comercialização de energia e ambiente regulado (CCEARs) celebrados com distribuidoras de energia, na forma do 16º leilão de energia nova (“Leilão A-5/2013”), e de quaisquer outros contratos de venda de energia que venham a ser celebrados pela Santa Helena no ambiente de contratação livre ou no ambiente de contratação regulada. Cessão fiduciária dos direitos emergentes até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas em contrato;
- iii. Manutenção de saldos mínimos em conta reserva (contas garantias vinculadas) - vide Nota Explicativa nº 9;
- iv. Manter na CONTA CENTRALIZADORA fluxo mensal em montante equivalente a, no mínimo, 100% (cem por cento) do valor da prestação vincenda do serviço da dívida do mês corrente, incluindo principal, juros e demais acessórios; e XLI - manter-se, durante todo o período do financiamento, como agente no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); e
- v. Manter a contratação do produto SP100, referente ao seguro de repactuação de risco hidrológico.

Cumprimento de acordo contratual (“covenants”)

No entendimento da Administração da Companhia, pelo indicado acima, todas as condições restritivas e cláusulas cujos indicadores sejam mensurados na data base estão adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2025.

13. Impostos e contribuições a recolher

	2025	2024
CSLL a recolher	189	110
COFINS a recolher	203	170
PIS a recolher	24	21
Contribuição social sobre lucro líquido a recolher	111	96
INSS sobre terceiros a recolher	12	11
Outros	24	23
	563	431

14. Transações com partes relacionadas

A Companhia mantém transações comerciais usuais com partes relacionadas, que consistem em importações e exportações de insumos de produção, produtos acabados, realizadas estritamente em condições acordadas entre as partes:

	2025	2024
Amparo Energia Investimentos e Participação Ltda.	2.766	2.792
Sócios minoritários	28	28
	2.794	2.820

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Transações com partes relacionadas

Em 2025 e 2024, a Companhia possuía as seguintes partes relacionadas:

Empresas do Grupo:

- Tix Participações e Administração Ltda. (i);
- Química Amparo Ltda. (ii);
- Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. (iii).

Pessoas Físicas (Sócios)

- Ana Maria Veroneze Beira;
- Waldir Beira Júnior;
- Antonio Ricardo Beira; e
- Jorge Eduardo Beira.

- (i) Em 2015, a Companhia assinou contrato de prestação de serviços de administração, contábeis, financeiros, gestão de ativos e de recursos humanos, de consultoria e correlatos junto a TIX Participações e Administração Ltda. O contrato por tempo indeterminado será reajustado anualmente todo dia 1º de agosto de cada ano conforme índice de correção de salários estabelecido pelo sindicato dos funcionários da contratada. Ao final do exercício de 2024, a Companhia possuía saldos a pagar para Tix no montante de R\$ 166 (R\$ 180 em 2023) e o total reconhecido em despesas foi de R\$ 1.898 (R\$ 1.930 em 2023);
- (ii) Em 2016, a Companhia assinou contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES e a Química Amparo Ltda. assinou como interveniente;
- (iii) A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital da Companhia, além de ser a interveniente no contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 16.2.0698.1 com BNDES.

Remuneração de pessoal-chave da Administração

Conforme Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de abril de 2024, os acionistas deliberaram conforme previsto no artigo 152 da Lei nº 6.404/76 por permanecer sem remuneração a Administração no período.

15. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não possuía passivos relacionados a contingências que necessitassem ser divulgados ou provisionados.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

Supremo Tribunal Federal (“STF”) muda entendimento relacionado com a coisa julgada em matéria tributária

Em 08 de fevereiro de 2023 o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou os Temas 881 - Recursos Extraordinário n° 949.297 e 885 - Recurso Extraordinário n° 955.227.

Os ministros que participaram destes temas concluíram, por unanimidade, que decisões judiciais tomadas de maneira definitiva a favor dos contribuintes devem ser anuladas se, depois, o Supremo tiver entendimento diferente sobre o tema. Ou seja, se anos atrás uma empresa conseguiu autorização da Justiça para deixar de recolher algum tributo, essa permissão perderá a validade automaticamente se, e quando, o STF entender que o pagamento é devido.

A Administração avaliou com os seus assessores jurídicos os possíveis impactos desta decisão do STF e concluiu que a decisão do STF não resulta, baseada em avaliação da Administração suportada por seus assessores jurídicos, e em consonância com o CPC25/IAS37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, CPC 32/IAS 12 Tributos sobre o lucro, ICPC 22 / IFRIC 23 Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro e o CPC24/IAS10 Eventos Subsequentes, em impactos significativos em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2025.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

Em 31 de dezembro de 2025, o Capital Social é composto por 142.878.808 ações ordinárias nominativas. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia. A Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda. detém 99% do capital social da Santa Helena Energia S.A.

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Quotistas	Quantidade de ações	Participação (%)
Amparo Energia Investimentos e Participações Ltda.	141.450	99
Demais Sócios	1.429	1
	142.879	100

b) Reserva Legal

É constituída em conformidade com a legislação societária e o estatuto, na base de 5% do lucro líquido do exercício até atingir 20% do capital social ou 30% do saldo do capital mais as reservas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

c) Reserva para retenção de lucros

As reservas de lucros são feitas em contas próprias e fazem parte do Patrimônio Líquido da Companhia, segundo o art. 182 da Lei nº 6.404/76.

A Administração encaminhará para apreciação da Diretoria da Companhia em reunião a ser realizada até dia 31 de março de 2026, a proposta da destinação dos lucros do exercício de 2025.

d) Distribuição de dividendos

Aos acionistas é garantido, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício. A Administração deliberará sobre a destinação dos dividendos em Assembleia Geral.

O cálculo do dividendo mínimo obrigatório é demonstrado a seguir:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Lucro líquido do exercício	11.763	11.876
(-) Reserva legal	(588)	(594)
	<u>11.175</u>	<u>11.282</u>
(x) Percentual definido na 6404/76	25%	25%
(=) Dividendo mínimo obrigatório	<u><u>2.794</u></u>	<u><u>2.821</u></u>

17. Receita operacional líquida

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receita operacional		
Contrato - Geração Própria	36.572	34.989
Mercado Livre	7.147	7.388
Outras	5	
(-) Impostos incidentes sobre vendas	(1.861)	(1.751)
Total	<u><u>41.863</u></u>	<u><u>40.626</u></u>

18. Gastos de produção, despesas administrativas e gerais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(a) Gastos com produção		
Suprimentos de energia	(6.478)	(6.036)
Depreciação e amortização	(7.095)	(7.031)
Serviços de terceiros	(3.016)	(2.535)
Seguros	(472)	(442)
Manutenção	(746)	(1.329)
demaís gastos	(262)	(234)
Total do custo das vendas	<u><u>(18.069)</u></u>	<u><u>(17.607)</u></u>

SANTA HELENA ENERGIA S.A.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de Reais)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(b) Despesas administrativas e gerais		
Serviços de terceiros	(2.211)	(2.783)
Telefone	(122)	(123)
Legais e judiciais	(130)	(119)
Despesas de viagens, hospedagens e refeições	(126)	(92)
Veículos	(610)	(67)
Demais despesas	(105)	(94)
Total	<u>(3.304)</u>	<u>(3.278)</u>

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
(c) Despesas tributárias		
Tributos municipais	(17)	(14)
I.T.R.	(11)	(11)
Demais Tributos	-	(1)
Total	<u>(28)</u>	<u>(26)</u>

19. Resultado financeiro líquido

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas Financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	2.909	2.792
Juros ativos	-	16
Descontos obtidos	-	6
Juros Selic	14	-
Outras receitas financeiras	322	98
Total	<u>3.245</u>	<u>2.912</u>
Despesas Financeiras		
Juros Passivos	(9.490)	(8.535)
I.O.F	(37)	(26)
PIS e COFINS sobre receita financeira	-	-
Despesas bancárias	(2)	(2)
Outras despesas financeiras	(44)	5
Total	<u>(9.571)</u>	<u>(8.558)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(6.326)</u>	<u>(5.646)</u>

20. Instrumentos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(a) Risco de mercado

(i) Risco com taxas de juros

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia virem a incorrer em perdas devido a flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado.

Considerando que a Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, o resultado e os fluxos de caixa operacionais da Companhia são, substancialmente, independentes das mudanças nas taxas de juros do mercado.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

(b) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia está intimamente associada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição, são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

(c) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para gerenciar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas políticas de desembolsos e recebimentos futuros, em condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou em risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento:

Risco Liquidez

	Nota	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais que 3 anos
Saldo em 31 de dezembro de 2025				
Caixa e equivalente de caixa	4	24.272	-	-
Fornecedores	11	1.076	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	7.610	6.900	70.319
Saldo em 31 de dezembro de 2024				
Caixa e equivalente de caixa	4	14.256	-	-
Fornecedores	11	1.565	-	-
Empréstimos e financiamentos	12	6.900	6.900	75.521

(d) Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa.

O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(e) Instrumentos financeiros por categoria

	2025	2024
Ativos		
Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota nº 4)	24.272	14.256
Passivos		
Mensurados ao Custo amortizado		
Fornecedores (Nota nº 11)	1.076	1.565
Empréstimos e financiamentos (Nota nº 12)	84.829	89.321

Hierarquia de valor justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo. Utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis):

	2025		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e bancos	903	-	-
Aplicações financeiras	-	23.369	-
	2024		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos circulantes			
Caixa e bancos	203	-	-
Aplicações financeiras	-	14.053	-

A Companhia não deteve durante o exercício findo em 2025, instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(f) Qualidade dos ativos financeiros

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada, conforme segue:

- **Caixa e equivalentes de caixa:** a Companhia mantém os depósitos bancários em instituições financeiras reconhecidas;
- **Contas a receber:** referem-se, basicamente, a vendas para terceiros e partes relacionadas. O risco relativo a transações com partes relacionadas é considerado baixo. Com relação a vendas para terceiros, a Companhia possui procedimentos e controles para analisar o crédito dos clientes a cada transação de venda e determinar os limites de créditos concedidos aos seus clientes.

(g) Análise dos instrumentos financeiros

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda é obtido por meio de preços de mercado cotados em mercados ativos, se houver.

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*), estejam próximos de seus valores justos, considerando os prazos de realização e liquidação desses saldos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais, futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares. As taxas de juros efetivas nas datas dos balanços são os habituais no mercado e os seus valores justos não diferem significativamente dos saldos nos registros contábeis.

As aplicações financeiras, representadas por aplicações em CDB e classificadas como custo amortizado, foram avaliadas com base na taxa de remuneração contratada junto à respectiva instituição financeira, considerada como taxa habitual de mercado.

A classificação dos ativos e passivos financeiros na Companhia são apresentadas a seguir:

	2025		2024	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo				
Caixa e equivalente de caixa	24.272	24.272	14.256	14.256
Contas a receber e outros ativos	4.708	4.708	4.543	4.543
Passivo				
Fornecedores e outras contas a pagar	1.282	1.282	1.565	1.565
Empréstimos e financiamentos	84.829	84.829	89.321	89.321

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de Reais)

(h) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

A Companhia está exposta a riscos e oscilações de taxas de juros em suas aplicações financeiras, financiamentos e empréstimos. Em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros estão expostos.

Esses cenários foram definidos com base na expectativa da Administração para as variações das taxas de juros dos respectivos contratos sujeitos a esses riscos. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinaram que fossem apresentados mais dois cenários, sendo apresentado neste caso, cenários com deterioração e apreciação das taxas em 25% (Cenário I) e 50% (Cenário II) da variável do risco considerado, além dos cenários prováveis.

A seguir, são considerados dois cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação, com os respectivos impactos nos resultados:

Cenários de taxas de juros, apreciação e depreciação

	Nota	2025	Taxa anual	Cenário	Apreciação de taxas		Depreciação das taxas	
					Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	4	23.369	14,47%	3.381	4.226	5.072	2.536	1.691
Aplicações Financeiras - vinculadas	9	3.684	14,24%	525	656	788	394	263
Empréstimos e financiamentos	12	(82.829)	11,72%	(9.942)	(12.428)	(14.913)	(7.457)	(4.971)

	Nota	2024	Taxa anual	Cenário	Apreciação de taxas		Depreciação das taxas	
					Cenário I	Cenário II	Cenário I	Cenário II
Aplicações financeiras	4	14.053	11,41%	1.603	2.004	2.405	1.202	802
Aplicações Financeiras - vinculadas	9	3.645	10,71%	390	488	585	293	195
Empréstimos e financiamentos	12	(89.321)	10,08%	(9.004)	(11.255)	(13.506)	(6.753)	(4.502)

21. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em 31 de dezembro de 2025, a cobertura do seguro contratada para incêndio e outros riscos, de bens do imobilizado foi renovada, mantendo o montante de R\$ 205.062 (R\$ 205.062 em 31 de dezembro de 2024).

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.